International Journal of Knowledge Engineering and Management

ESTUDO DOS PONTOS DE CONFLITO DA LEI DA INOVAÇÃO

Filipe Molinar Machado *

Janis Elisa Rupphental**

Resumo

O artigo trata sobre pontos de conflito estabelecidos pela lei de inovação. Assim, tal estudo merece a devida atenção, pois, por meio desta discussão, este objetiva apresentar análises sobre edital para divulgação do processo de licenciamento ou Transferência de Tecnologia com exclusividade, os acordos de parceria para P, D & I, os incentivos financeiros aos pesquisadores, as movimentação de pesquisadores entre ICT e empresa, o núcleo de inovação tecnológica e outros pontos relacionados. Para alcançar tais objetivos, utilizou-se de uma metodologia qualitativa com pesquisa bibliográfica, que permitiu apresentar a teoria acerca do tema. Após levantamento teórico, concluiu-se que a lei de inovação precisa ser melhor compreendida pelos seus operadores; os benefícios necessitam ser melhor adequados e informados a fim de garantir um funcionamento adequado do sistema de inovação. Este artigo finaliza com um sucinto levantamento de possibilidades para a promoção de melhores formas de aplicação da lei de inovação como forma desta virar uma ferramenta de estratégia competitiva. Embora o presente trabalho não tenha a pretensão de ser conclusivo, pretende-se contribuir com a ampliação do arcabouço teórico e empírico sobre a lei de inovação e seus canais estratégicos competitivos que esta vem proporcionando.

Palavras-Chave: Lei de inovação. Estratégia competitiva. Pontos de conflito..

* Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/PPGEP. fmacmec@gmail.com
** Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/PPGEP. profjanis@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz, em seu art. 3º, II, a garantia do desenvolvimento nacional como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Os artigos 218 e 219 informam que cabe ao Estado tomar medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. A pesquisa e capacitação deveriam receber tratamento prioritário do Estado, tendo em vista seu propósito para o bem público e o progresso das ciências.

Com a entrada em vigor da Lei de Inovação (Lei n. 10.973/2004), no início de dezembro de 2004, e de sua regulamentação por meio do Decreto n. 5.563/2005, em outubro de 2005, o Brasil passou a contar com um novo instrumento de fomento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial.

A Lei de Inovação tem o propósito de estabelecer um conjunto de mecanismos para dar condições ao Brasil de almejar o caminho já adotado por países desenvolvidos: fazer com que o processo da inovação tecnológica seja gerado desde as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) até às empresas, com pesquisadores trabalhando na iniciativa privada sem perder o vínculo com a ICT.

Sabe-se que a Lei de Inovação por si só, não é suficiente para efetivamente se alcançar o desenvolvimento econômico e social, mas é importante ressaltar que ela representa um marco. Antes da lei, as ICTs possuíam visões díspares sobre inovação. Suas metas eram baseadas exclusivamente na geração de conhecimento (produção de "papers") e, ainda, questionava-se a proximidade entre setor público e privado, muitas vezes marginalizada ou vista negativamente por alguns gestores e pesquisadores das ICTs.

Ao existir um movimento que converge para a inovação, as ICTs, particularmente, passam a ter com a Lei de Inovação um marco legal, que indica as novas formas de atuação. Na prática, isto significa que é necessária a internalização da lei e de seus princípios, adequando as ICTs, dos mais diversos perfis, para aplicação da Lei, customizando-a, fazendo-a ser entendida pelas áreas jurídicas e órgãos de controle, identificando soluções para os diversos pontos de conflitos comuns, sejam eles de

natureza prática ou legal, e buscando a constante atualização da lei naqueles aspectos que têm mais impacto sobre as ICTs. É preciso preservar a identidade das ICTs, mas também das empresas, no sentido de elevar o nível de parcerias entre as partes para que ganhem força e estimulem o processo de inovação e para que, de fato, a Lei se torne importante instrumento para uma política industrial da qual o país carece há tanto tempo.

Além disso, este artigo finaliza com um sucinto levantamento de possibilidades para a promoção de melhores formas de aplicação da lei de inovação como forma desta virar uma ferramenta de estratégia competitiva. Embora o presente trabalho não tenha a pretensão de ser conclusivo, pretende-se contribuir com a ampliação do arcabouço teórico e empírico sobre a lei de inovação e seus canais estratégicos competitivos que esta vem proporcionando.

2 METODOLOGIA DO ESTUDO

Considerando que o método depende diretamente da natureza do problema que se quer investigar, uma metodologia eficaz então é fundamental para a validação e entendimento das informações obtidas. Assim, a motivação para este estudo partiu de várias indagações sobre quais são basicamente os canais de transferência de tecnologia como forma de promover a inovação, a possibilidade da oferta de um serviço ágil e de qualidade para a inovação e a falta de metodologias para a análise e definição dos procedimentos internos desenvolvidos para que pudesse dar subsídio às partes dos canais de transferência. Para classificar a pesquisa, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2003), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa tem natureza exploratória e descritiva. Exploratória porque, embora os canais de transferência de tecnologia sejam temas de grande relevância entre acadêmicos, governo e executivos, os estudos que abordem esse fenômeno no Brasil são

ainda relativamente fragmentados. O estudo é também descritivo porque objetiva apresentar as relações entre os canais, além de identificar os elementos comuns entre eles, como por exemplo, o conhecimento envolvido e o caráter sistêmico.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, por se tratar de um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado. Foram coletados indicadores primários nos mais diversos meios bibliográficos.

Após este ponto, desenvolveram-se estudos sobre cada canal de transferência de tecnologia. Foram pesquisados livros, periódicos, teses, dissertações e artigos científicos. Em seguida, fez-se a análise conceitual, procurando identificar dentre as informações obtidas àquelas que mais poderiam agregar valor a esta pesquisa.

Os dados foram tratados qualitativamente, por meio de um corte temporal-espacial do fenômeno canais de transferência de tecnologia. Este método é sustentado por Manning (1979) ao afirmar que o trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, já que é por meio dele que os dados são coletados.

Este método apresenta certas limitações por apresentar dados simbólicos, situados em determinado contexto, revelando parte da realidade ao mesmo tempo em que esconde outra parte, pois o trabalho apresenta as limitações das pesquisas qualitativas, tais como a impossibilidade de generalização para toda uma população (SILVERMAN, 2001) Entretanto, considerou-se o método utilizado como o mais apropriado para alcançar os objetivos desta pesquisa.

3 PONTOS DE CONFLITO NA LEI DE INOVAÇÃO

3.1 Conflitos de aplicação prática

a) Edital para divulgação do processo de licenciamento ou transferência de tecnologia com exclusividade

O estímulo à participação das ICTs no processo de inovação pode ser realizado de diversas formas, segundo a Lei n. 10.973/2004, sendo uma delas o licenciamento ou a transferência de tecnologia, com ou sem exclusividade, conforme abaixo:

> Art. 6o É facultado à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.
> § 1o A contratação com cláusula de exclusividade, para os fins de que trata o caput deste artigo, deve ser precedida da publicação de edital.
> § 2o Quando não for concedida exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado, os contratos previstos no caput deste artigo poderão ser firmados diretamente, para fins de exploração de criação que deles seja objeto, na forma do regulamento.
> § 3o A empresa detentora do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições definidos no contrato, podendo a ICT proceder a novo licenciamento.

Observam-se que as chamadas *licenças não-exclusivas* ocorrem normalmente, mediante à divulgação das tecnologias disponíveis e à busca de empresas potencialmente interessadas, sem a necessidade da seleção da empresa por meio da publicação de edital, e também os casos de relevante interesse público, onde somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.

Porém, a *licença com cláusula de exclusividade* exibe procedimentos obrigatórios estabelecidos por lei, como a elaboração de edital, e, além disso, as ICTs estabeleçam, com clareza, nos termos do edital, o objeto a ser licenciado, os critérios, as condições, a remuneração, os prazos para comercialização, a fim de garantir a igualdade de oportunidade a todos os interessados e a minimizar a geração de contencioso para a ICT, a partir do contrato celebrado. Salienta-se que a divulgação de informações no edital deve ser a menor possível para que não seja revelada a essência ou novidade do objeto a ser licenciado do ponto de vista da proteção a propriedade intelectual.

b) Acordos de Parceria para P, D & I

A Lei da Inovação estabeleceu que a propriedade intelectual e os direitos de uso dos possíveis resultados da parceria devem estar definidos em contrato, conforme o art. 9º:

> Art. 9o É facultado à ICT celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e

> desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas.
>
> § 1o O servidor, o militar ou o empregado público da ICT envolvido na execução das atividades previstas no caput deste artigo poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento.
>
> § 2o As partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento, observado o disposto nos §§ 4o e 5o do art. 6o desta Lei.
>
> § 3o A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidas no § 2o deste artigo serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes.

Além disso, a Lei da Inovação estabelece que o resultado da parceria poderá ter co-titulares e, ainda, ser explorado pelas partes ou por uma delas. Porém, uma questão a ser solucionada é sobre a possibilidade de concessão de exclusividade, para a exploração dos resultados, obtida na parceria. Certas ICTs consideram que uma vez que a escolha do parceiro observou os princípios legais e constitucionais, o objeto da parceria deve ser considerado como tendo sido desenvolvido pelas partes, independente da definição contratual da titularidade, não se aplicando, portanto, a regra que trata das criações desenvolvidas pela ICT, tendo-se, que as ICTs tem buscado dar prioridade de uso para as empresas envolvidas na parceria, tangenciando o aspecto da exclusividade, mas não exatamente concedendo a exclusividade.

c) Incentivos Financeiros aos Pesquisadores

O pesquisador envolvido nas atividades de P&D poderá, de acordo com a Lei, se beneficiar de três formas: da *bolsa de estímulo à inovação*, da *participação na remuneração pela prestação de serviços* e dos ganhos econômicos oriundos de licenciamento, transferência de tecnologia, transferência de *know-how*, assim entendidos como *royalties*. Conforme a Lei:

> Art. 13. É assegurada ao criador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos, auferidos pela ICT, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 93 da Lei no 9.279, de 1996.
>
> § 1o A participação de que trata o caput deste artigo poderá ser partilhada pela ICT entre os membros da equipe de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que tenham contribuído para a criação.
>
> § 2o Entende-se por ganhos econômicos toda forma de royalties, remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros, deduzidas as despesas, encargos e obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual.
>
> § 3o A participação prevista no caput deste artigo obedecerá ao disposto nos §§ 3o e 4o do art. 8o.
>
> § 4o A participação referida no caput deste artigo será paga pela ICT em prazo não superior a 1 (um) ano após a realização da receita que lhe servir de base.

Porém, a Lei da Inovação não diz ser obrigatório o pagamento de bolsa de inovação ao pesquisador. Representa apenas uma alternativa. Um dos pontos levantados foi o de que a bolsa de inovação deve ser entendida como um instrumento jurídico, não importando o seu acúmulo pelo pesquisador. Se este cumpre suas obrigações enquanto funcionário da ICT, não se torna relevante o número de projetos de que ele participa. Entretanto, as ICTs devem ter mecanismos de controle das atividades desenvolvidas por seus pesquisadores, no sentido de avaliar se as atividades de pesquisa rotineira e docência, quando for o caso, são conciliadas com as atividades desenvolvidas nos projetos de pesquisa relacionados aos acordos e contratos firmados (REPICET, 2006).

Outra questão reside na dificuldade de operacionalização do recebimento e utilização dos ganhos econômicos, resultantes dos contratos de licenciamento e transferência de tecnologia, principalmente com relação ao uso desses recursos para o pagamento de despesas, tais com patentes. Outra situação que tem ocorrido é a limitação dos ganhos

econômicos, muito expressivos. Algumas ICTs têm estipulado um limite máximo, do qual o pesquisador tem direito aos 1/3 do valor total dos *royalties* a serem recebidos.
Com relação aos procedimentos estabelecidos para o recebimento desses ganhos econômicos, as ICTs apresentam diversas formas de atuação. Algumas recebem os recursos em conta corrente única, sendo depois repassados para as devidas unidades/departamentos e pesquisadores envolvidos. Outras não conseguem pagar diretamente o pesquisador, sendo que a empresa licenciada é quem realiza o pagamento da remuneração ou premiação deste (REPICT, 2006).

Por fim, existem dificuldades na transferência de *know-how* quanto aos ganhos econômicos, pois não há proteção de direitos de propriedade intelectual. Neste caso, pode-se averbar os contratos no INPI, para fins de tornar a relação do recebimento de tais ganhos econômicos, oficial.

d) Mobilidade Pesquisador, ICT e Empresa

A Lei da Inovação permite duas situações de mobilidade do pesquisador, ou seja: afastar-se totalmente da ICT para constituir empresa, por meio de licença sem vencimentos; ou afastar-se parcialmente da ICP, porém mantendo no mínimo sua atividade de docente.

> Art. 14. Para a execução do disposto nesta Lei, ao pesquisador público é facultado o afastamento para prestar colaboração a outra ICT, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observada a conveniência da ICT de origem.
>
> § 1o As atividades desenvolvidas pelo pesquisador público, na instituição de destino, devem ser compatíveis com a natureza do cargo efetivo, cargo militar ou emprego público por ele exercido na instituição de origem, na forma do regulamento.
>
> § 2o Durante o período de afastamento de que trata o caput deste artigo, são assegurados ao pesquisador público o vencimento do cargo efetivo, o soldo do cargo militar ou o salário do emprego público da instituição de origem, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado.

> § 3o As gratificações específicas do exercício do magistério somente serão garantidas, na forma do § 2o deste artigo, caso o pesquisador público se mantenha na atividade docente em instituição científica e tecnológica.
> § 4o No caso de pesquisador público em instituição militar, seu afastamento estará condicionado à autorização do Comandante da Força à qual se subordine a instituição militar a que estiver vinculado.
>
> Art. 15. A critério da administração pública, na forma do regulamento, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.
> § 1o A licença a que se refere o caput deste artigo dar-se-á pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos, renovável por igual período.
> § 2o Não se aplica ao pesquisador público que tenha constituído empresa na forma deste artigo, durante o período de vigência da licença, o disposto no inciso X do art. 117 da Lei no 8.112, de 1990.
> § 3o Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICT integrante da administração direta ou constituída na forma de autarquia ou fundação, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente de autorização específica.

Neste contexto, uma questão chave surge quando o pesquisador é sócio de empresa constituída, onde este pode explorar um conhecimento da universidade, protegido ou não. Quando não é protegido, pode-se explorá-lo normalmente numa empresa incubada ou fora do ambiente acadêmico. Porém, quando está protegido, entende-se que não é permitida a exploração de uma patente por um funcionário da ICT que seja sócio ou que esteja trabalhando em empresa, sem a formalização da transferência de *know-how* ou da exploração de criação protegida. Tal fato se agrava na medida em que as ICTs de direito público tenham que aplicar o disposto na Lei de Inovação para licenciamento com ou sem exclusividade de criação protegida.

Uma alternativa é a de que as patentes depositadas anteriormente à Lei da Inovação tenham sua titularidade transferida parcialmente para a empresa que tem o pesquisador da ICT como sócio, por meio de uma petição de transferência/alteração de nome. Outra alternativa é licenciar o pesquisador, com exclusividade, por um período de tempo pelo menos igual ao da licença sem vencimento.

e) Núcleo de Inovação Tecnológica

A Lei de Inovação tornou obrigatória a existência de um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, em todas as ICTs.

> Art. 2o Para os efeitos desta Lei, considera-se:
>
> (...)
>
> VI - núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

Assim, o NIT formalizou-se como o interlocutor oficial da ICT com o setor empresarial e, principalmente, com a própria instituição, sobre questões que envolvam propriedade intelectual e inovação. O pesquisador, que muitas vezes assumia essa responsabilidade, passa agora a contar com o apoio do NIT para o relacionamento com as empresas. Mas, de fato, ainda não se sabe qual é o escopo das atribuições do NIT, sua capacidade e delegação de poder para auferir normas, avaliar tecnologias, controlar a divulgação de *papers*, entre outras questões.

A competência e importância do NIT devem ser reconhecidas, com vistas a criar um ambiente favorável de trabalho, bem como a sedimentar um bem-sucedido processo de comercialização de tecnologia, onde, além disso, relações de confiança devem ser construídas, no ambiente interno, com os pesquisadores, os órgãos decisórios da instituição (reitoria, pró-reitorias e procuradorias) e as unidades administrativas e técnicas, com o objetivo de assegurar o compromisso institucional de apoio, e no ambiente externo, com agências de fomento e o setor empresarial, a fim de formalizar as parcerias e solucionar eventuais conflitos de interesse, bem como as dificuldades de entendimento entre as partes envolvidas.

3.2 Conflitos de arcabouço legal

A Lei da Inovação dispõe sobre normas jurídicas especiais relacionadas com o incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Nesse sentido, sua aplicação e interpretação devem sempre partir da prevalência dessas normas, afastando as demais em aparente conflito. Apesar desta interpretação jurídica, algumas matérias da Lei de Inovação conflitam com outras normais legais que disciplinam tais matérias. Aquelas que mais preocupam as ICTs são as mencionadas a seguir.

a) Edital para divulgação do processo de licenciamento ou transferência de tecnologia com exclusividade

A necessidade de publicação na íntegra do edital no Diário Oficial da União é um dos conflitos, pois a Lei de Inovação e o respectivo Decreto n. 5.563/2005 determinam somente a "publicação do edital", não prevendo a suficiência da publicação de "avisos contendo os resumos dos editais", conforme estabelece a Lei n. 8.666/1993. Uma das alternativas usuais que o Decreto estabelece é a publicação do extrato do edital no Diário Oficial e a sua íntegra na Internet.

b) Incentivos Financeiros ao Pesquisador

A Instrução Normativa do INSS, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária, regulamenta que as importâncias referentes às bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pelas instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológicas e as fundações de apoio, não integram às bases de cálculo do INSS, em conformidade com a Lei n. 8.958/1994, que formaliza a relação entre as partes. Paralelamente, a Lei n. 9.250/1985 prevê isenção de Imposto de Renda para as bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas, exclusivamente, para que o beneficiário realize estudos ou pesquisas, desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem em contraprestação de serviços. Porém, ambas as legislações não mencionam especificamente a *bolsa de inovação*, justamente por caracterizar uma nova modalidade de bolsa, regulamentada pela Lei de Inovação.

O entendimento geral das ICTs é de que sobre a bolsa de inovação não incide qualquer encargo ou imposto, uma vez que ela configura pagamento eventual – devido aos prazos

existentes entre projetos – da mesma maneira que as demais bolsas pagas pelas ICTs ou fundações de apoio. Por outro lado, a Receita Federal entende que o pagamento de bolsa não pode configurar-se como benefício econômico e financeiro para quem a paga. Pode-se afirmar que a Fundação de Apoio, que paga a bolsa, não tem interesse econômico e financeiro, uma vez que se caracteriza como organização sem fins lucrativos. Por outro lado, os recursos são provenientes de um contrato ou convênio firmado com uma empresa privada, esta sim com interesses econômico-financeiros na pesquisa e no desenvolvimento.

Por tal conflito, deduz-se que a Lei de Inovação e sua Regulamentação não protegem a ICT de possíveis problemas quanto ao recolhimento de tais tributos em função do pagamento de bolsa de inovação. No caso do pagamento de ganhos econômicos resultantes dos contratos de licenciamento e transferência de tecnologia, as ICTs interpretam que há incidência apenas do Imposto de Renda. Já a remuneração pela prestação de serviços constitui um pagamento variável, não sendo incorporada ao salário, sujeita ao recolhimento de todas as contribuições que lhe cabem, Imposto de Renda, INSS, CONFINS, etc (REPICT, 2006).

c) Movimentação de Pesquisadores entre ICT e Empresa

A Lei de Inovação permite ao pesquisador, servidor público, afastado da ICT constituir empresa, com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação, conforme detalhado abaixo:

> Art. 15. A critério da administração pública, na forma do regulamento, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.
>
> § 1o A licença a que se refere o caput deste artigo dar-se-á pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos, renovável por igual período.
>
> § 2o Não se aplica ao pesquisador público que tenha constituído empresa na forma deste artigo, durante o período de vigência da licença, o disposto no inciso X do art. 117 da Lei no 8.112, de 1990.
>
> § 3o Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICT integrante da administração direta ou constituída na

> forma de autarquia ou fundação, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente de autorização específica.

Em paralelo, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, Lei n. 8.112/1990, permite ao servidor público federal, ser sócio ou deter ações de empresas privadas. Entretanto, as áreas jurídicas de algumas ICTs têm entendido não ser permitida a exploração de uma criação protegida – da qual o pesquisador, como funcionário da ICT, é inventor – pela empresa por ele constituída ou da qual ele se tornou sócio. O entendimento é de que a ICT passa a beneficiar uma empresa em particular, da qual o seu pesquisador é sócio, o que fere o princípio da impessoalidade, de acordo com os princípios da Administração Pública.

A interpretação dos setores jurídicos é de que o licenciamento, para a exploração da criação protegida, deve ocorrer em igualdade de condições para qualquer candidato interessado, não apenas a uma empresa específica, por meio da publicação do edital, para licença com ou sem exclusividade (REPICT, 2006).

Porém, o desconhecimento geral dos setores jurídicos sobre a dinâmica do processo de negociação e transferência de tecnologia prejudica a boa aplicação da Lei da Inovação. É importante ressaltar que os objetivos da Lei da Inovação devem ser priorizados.

4 CONCLUSÃO

A Lei de Inovação inseriu, definitivamente, a inovação no centro do debate nacional e institucionalizou a relação das ICTs com as empresas. Ao buscar estabelecer um diálogo mais estreito entre as instituições produtoras de conhecimento e as produtoras de bens e serviços, a Lei surge como mais um instrumento para facilitar a criação de uma cultura de inovação no país. Desta forma, a Lei constitui uma estratégia com a qual se espera que o Brasil ganhe impulso em termos de suas atividades produtivas com foco em inovação.

A implementação da Lei de Inovação deve, portanto, levar à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades das ICTs e, consequentemente, facilitar as parcerias público-privadas e a transferência de tecnologia.

Por outro lado, é preciso também tomar cuidado para que o tema da inovação e outros a ela relacionados – proteção do conhecimento, licenciamento e transferência de tecnologia, parceria público-privado – não sejam burocratizados, criando mais um entrave à viabilização das ações institucionais. Nesse sentido, os pontos, anteriormente comentados, que dificultam a aplicação da Lei de Inovação devem ser sanados.

É preciso harmonizar o entendimento dos principais mecanismos de mudança das rotinas das Instituições. É preciso estabelecer determinados procedimentos, de ordem geral, evidentemente respeitando-se o fato de que cada processo de licenciamento ou transferência de tecnologia, cada parceria firmada e cada tecnologia desenvolvida possuem suas especificidades.

Na regulamentação da Lei foi necessário melhor detalhamento de alguns aspectos, de forma a preservar a identidade tanto das universidades quanto das empresas, para que, de fato, a Lei possa tornar-se um instrumento relevante de fomento à inovação do país. No entanto, conforme apresentado neste trabalho, ficou evidenciado que é necessário ir mais além na sua regulamentação.

A Lei não se esgota em si mesma. Inúmeras questões complexas não foram contempladas, como a criação de mecanismos que permitam a efetiva conexão da Lei de Inovação com a política industrial e tecnológica, a sua conciliação com os incentivos fiscais para as empresas, bem como a flexibilidade de gestão das universidades e instituições de pesquisa, isto é, uma excessiva rigidez prevalece na gestão de recursos humanos, financeiros e materiais.

Além disso, a Lei praticamente se restringe a estabelecer regras para a comercialização do conhecimento gerado e protegido nas ICTs. Por sua vez, o processo de construção de competências tecnológicas, organizacionais e de fomento é crucial para apoiar a relação ICT-empresa – e mais intensamente as empresas de base tecnológica – e transformar conhecimento em inovação.

Para que a Lei de Inovação tenha os frutos inovadores tão desejados e para que estes possam ser colhidos pela sociedade brasileira são necessárias ações tanto dos formuladores de política, como o MCT e o MDIC, como dos agentes implementadores, os gestores das ICTs.

Artigo aprovado para apresentação no Congresso CIKI em novembro de 2013 e selecionado para publicação no IJKEM como um dos doze melhores em 20 de dezembro de 2013.

INNOVATION LAW CONFLICT POINTS STUDY

Abstract

The article discusses points of conflict established by law innovation. Thus, this study deserves attention because, through this discussion, it aims to present analyzes of public notice advertising the process of licensing or technology transfer with exclusive partnership agreements for R, D & I, financial incentives researchers, the movement of researchers between ICT and business, the core of technological innovation and other related points. To achieve these goals, we used a qualitative methodology with literature, which allowed to present the theory on this subject. After theoretical survey, it was concluded that the law of innovation needs to be better understood by its operators, the benefits need to be better informed and appropriate to ensure the proper functioning of the innovation system. This article concludes with a brief survey of possibilities for promoting better law enforcement innovation as a way to turn this tool competitive strategy. Although this study did not claim to be conclusive, it is intended to contribute to the expansion of the theoretical and empirical knowledge about the law of innovation and its strategic channels that has been providing competitive.

Keywords*: Innovation law. Competitiveness strategy. Points of conflict.*

REFERENCES

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n. 5.563, de 11 de outubro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, 2005.

BRASIL. Lei de Inovação Tecnológica (Lei n.º 10.973/2004). Brasília, DF: Congresso Nacional. Atos do Poder Legislativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 dez. 2004, n. 232.

MANNING, P. K. Metaphors of the field: varieties of organizational discourse. Administrative Science Quarterly, v. 24, n. 4, dez. 1979.

REPICT - Rede Temática de Propriedade Intelectual, Cooperação, Negociação e Comercialização de Tecnologia. Rio de Janeiro, dez. 2006.

SILVERMAN, D. Interpreting qualitative data: methods for analyzing talk, text and interaction. 2.ed. London: SAGE, 2001. 325p.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2003.